



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FOLHA Nº 579

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2021

**TERMO DE COLABORAÇÃO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
ARACAJU, COM A INTERVENIÊNCIA
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA
SAÚDE E O INSTITUTO DE ESTUDOS E
PESQUISA HUMANIZA**

Pelo presente instrumento de Termo de Colaboração que entre si celebram, na qualidade de partícipes, o **MUNICÍPIO DE ARACAJU**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, órgão integrante da Administração Pública Direta do Poder Executivo Municipal de Aracaju, via **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.718.406/0001-20, situado à Rua Nely Correia de Andrade, nº. 50, Bairro Coroa do Meio, Aracaju/SE, CEP nº. 49.036-245 neste ato representado por sua Secretária, **WANESKA DE SOUZA BARBOZA**, brasileira, solteira, médica, portadora de CPF sob nº 694.936.505-53 e RG nº 943.615 SSP/SE, residente e domiciliada à Ala Espanha, nº 185, Marse, Apto 602, em Aracaju/SE, doravante denominado **MUNICÍPIO** e o **INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISA HUMANIZA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.450.038/0001-12, com sede na Rua Dr. Oscar Goes Conrado, nº. 586, Bairro Centro, Colina/SP, CEP nº 14770-000, neste ato representado pelo seu representante legal, o Sr. **VITOR HENRIQUE MACHADO GOMES**, portador do CPF de nº. 368.595.208-09 e do RG de nº. 43.918.908 SSP/SP, doravante denominado simplesmente Organização da Sociedade Civil - OSC, com fundamento no disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, devidamente alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, têm justas e pactuadas as cláusulas e condições abaixo transcritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Colaboração tem por objeto a formalização de parceria estabelecida pelo Município de Aracaju, via Secretaria Municipal da Saúde, com a Organização da Sociedade Civil - OSC já devidamente qualificada, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades

Secretaria Municipal da Saúde
Rua Nely Correia de Andrade, n.º 50, Bairro Coroa do Meio, CEP: 49036-245
Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

previamente estabelecidas no Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável desta parceria, cujos termos foram devidamente aprovados pelas partes.

1.2 O presente Termo de Colaboração tem por objeto a manutenção e funcionamento, pela OSC, do Serviço de implantação e manutenção de 30 (trinta) leitos de retaguarda clínica do tipo enfermaria, sendo 10 (dez) com suporte ventilatório, em municípios de Aracaju, a serem admitidos mediante regulação do Núcleo Interno de Regulação específico do Município de Aracaju - NIR, em consonância com o art. 16 da Lei Federal nº 13.019/2014, compreendendo serviços essenciais de caráter emergencial previstos no Decreto nº 6.111/2020 e demais alterações.

1.3 A formalização do presente Termo de Colaboração, por meio de dispensa de Chamamento Público específico com entidades do terceiro setor, possui respaldo legal no art. 30, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, por força do estado de calamidade pública reconhecido mediante Decreto Governamental nº 40.688, de 05 de outubro de 2020, no âmbito do Estado de Sergipe e todos os seus municípios.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL

2.1 O Serviço será executado na ala locada pelo Município de Aracaju junto ao Hospital e Maternidade Santa Izabel, com metragem de 1.087m² e capacidade de instalação de 32 (trinta e dois) leitos de retaguarda para atendimento ao público acometido pelo novo Coronavírus (COVID-19), localizado na Avenida Simeão Sobral, Bairro 18 do Forte, Aracaju/SE, o qual passará a ser gerido pela entidade após a assinatura do presente termo, conforme descrito no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

3.1 Para a execução do objeto do presente Termo de Colaboração os partícipes passam a executar ações sob as seguintes condições gerais:

3.2 A presente parceria respeitará, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação;

580
8

01/28



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

3.3 O presente Termo de Colaboração tem como fundamentos a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Para atendimento do objeto do presente instrumento de colaboração, compete ao Município de Aracaju, via Secretaria Municipal da Saúde:

4.1 Efetuar o repasse dos recursos financeiros à OSC para desenvolvimento do objeto desta colaboração nos termos do Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto da parceria, nos moldes do art. 48 da Lei 13.019/2014.

4.2 Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela OSC, por meio de análise de relatórios acerca do processamento da parceria, diligências e visitas *in loco*, bem como apoiar tecnicamente a OSC, na execução das atividades objeto deste Termo de Colaboração.

4.3 Assinalar prazo para que a OSC, adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, havendo retenção das parcelas dos recursos financeiros, caso não seja saneado dentro do prazo estipulado.

4.4 Exigir da Organização da Sociedade Civil a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a transferência de recursos;

4.5 Designar, mediante instrumento jurídico específico, os membros para compor a comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

4.6 Designar, mediante instrumento jurídico específico, o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, com poderes de controle e fiscalização;





ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FOLHA Nº 582
[Handwritten signature]

4.7 Fornecer à Organização da Sociedade Civil as normas e instruções para prestação de contas dos recursos da parceria;

4.8 Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos elencados no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;

4.9 Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria, nos moldes do art. 12 da Lei Federal nº 13.019/2014;

4.10 Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes a esta parceria;

4.11 Verificar se a Organização da Sociedade Civil mantém, durante a execução do objeto da parceria, todos os requisitos exigidos para a sua celebração.

4.12 Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes às parcerias celebradas nos termos desta Lei, nos termos do art. 50 da Lei 13.019/2014.

4.13 A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante Termo de Colaboração e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, conforme previsão do art. 59 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

Para atendimento do objeto do presente instrumento de colaboração, compete à OSC:

5.1 Executar os serviços a que se refere à CLÁUSULA PRIMEIRA, conforme Plano de Trabalho, assim como em atenção às exigências legais aplicáveis;

5.2 Zelar pela manutenção da qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde, em consonância com a Política Nacional do SUS;

5.3 Manter recursos humanos, materiais e equipamentos sociais adequados e

[Handwritten signature]



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FOLHA Nº 582
[Assinatura]

compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que está obrigado a prestar, com vistas aos objetivos deste Termo de Colaboração;

5.4 Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na prestação dos serviços objeto deste Termo de Colaboração, conforme estabelecido na CLÁUSULA PRIMEIRA;

5.5 Responder perante o MUNICÍPIO pela fiel e integral realização dos serviços contratados com terceiros, na forma da legislação em vigor;

5.6 As aquisições e contratações realizadas com recursos do presente Termo de Colaboração deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, bem como, deverá a OSC, certificar-se e responsabilizar-se pela regularidade jurídica e fiscal dos contratados;

5.7 Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhistas, previdenciária e tributária, decorrentes da execução do objeto desta parceria, bem como, por todos os ônus ordinários ou extraordinários eventualmente incidentes;

5.8 Facilitar a supervisão e fiscalização do Órgão Gestor da Saúde e Comissão instituída para este fim, permitindo-lhe efetuar o acompanhamento "in loco" e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento, bem como, apresentar relatório de atividades e Relação Nominal de usuários, mensalmente;

5.9 Elaborar prestação de contas ao MUNICÍPIO.

5.10 Divulgar, em seu site na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de sua sede social e do estabelecimento em que exercerá suas ações, as parcerias celebradas com o MUNICÍPIO, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos previstos no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;

5.11 Abrir conta corrente específica, que será isenta de tarifa bancária, em instituição financeira pública determinada pelo MUNICÍPIO, no intuito de receber os recursos provenientes desta parceria, nos moldes do art. 51 da Lei 13.019/2014;

5.12 Previamente ao repasse da(s) parcela(s) prevista(s) no Plano de Trabalho, apresentar à Administração Pública as certidões negativas de regularidade fiscal das esferas federal, estadual e municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado e consulta ao CADIN;

[Assinatura]



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FOLHA N. 584
P. 1

5.13 Restituir à Secretaria Municipal da Saúde o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável aos débitos junto à Fazenda Municipal nas seguintes hipóteses: quando não for executado o objeto deste instrumento; quando não for apresentada a prestação de contas no prazo estabelecido; quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida;

5.14 Restituir à Secretaria Municipal da Saúde, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da conclusão do objeto, denúncia, rescisão ou extinção desta parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizados, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial contra o responsável legal da OSC, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública;

5.15 Manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução desta parceria para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos obtidos, inclusive por força do que dispõe o art. 33, IV, da Lei 13.019/2020;

5.16 Manter a sua declaração e comprovação de idoneidade para fins de contratualização com o serviço público durante todo o prazo de colaboração do presente Termo de Colaboração, visando tornar público a higidez da referida entidade;

5.17 Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

5.18 Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública a inadimplência da Organização da Sociedade Civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

5.19 Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da presente parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação final de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação final de contas, conforme previsão do parágrafo único do art. 68 da Lei 13.019/2014;

1131



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FOLHA Nº

585

Registado

5.20 Não apresentar quaisquer das vedações constantes no art. 39 da Lei 13.019/2020;

5.21 Funcionar no no endereço declarado, face a exigência do art. 34, VII, da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 Em cumprimento do disposto na alínea “g” do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica designada a servidora GILMARA BARRETO DE JESUS SANTOS, inscrita no Cadastro de Pessoa Física nº 058.732.005-21 e RG nº 3.509.576-8 SSP/SE, lotada na Rede de Urgência e Emergência - REUE, como Gestor (a) do presente Termo de Colaboração.

6.2 Deverá o(a) Gestor(a), dentre outras atribuições, solicitar a celebração do termo aditivo para alteração ou prorrogação do prazo, aplicar penalidade, rescindir e informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

6.3 – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014;

6.4 A Fiscalização do presente Termo, conforme a Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014, devidamente alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e artigo 67, da Lei nº 8.666/93, será constituída nos moldes de Portaria a ser publicada pela Secretaria Municipal da Saúde.

6.5 À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar ateste nas notas fiscais, verificar e analisar a conformidade de toda a execução do Termo, com as normas especificadas e se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada. E se o mesmo se encontra em conformidade com o objeto e plano de trabalho do Termo.

6.6 Em cumprimento do disposto na alínea “h” do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019/2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação realizará o monitoramento e



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FOLHA Nº 536
P. 1

avaliação do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

7.1 O presente Termo de Colaboração terá vigência de 06(seis) meses, a partir de 30 de abril de 2021, podendo ser prorrogado enquanto perdurar a situação de calamidade pública ocasionada pela infecção humana em decorrência da COVID-19.

7.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante solicitação da Secretaria Municipal da Saúde ou da Organização da Sociedade Civil;

7.2.1 Para fins de prorrogação, caso a iniciativa seja da Organização da Sociedade Civil, deverá ser formalizada solicitação destinada à Secretaria Municipal da Saúde com a devida justificativa em, no mínimo, 30 (trinta dias) antes do termo final inicialmente previsto, em consonância com o art. 55 da Lei 13.019/2014.

7.3 Para a prorrogação de vigência da parceria, é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

7.4 A prorrogação do prazo de vigência, prevista na CLÁUSULA 7.1, será formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos parceiros antes do término da vigência da parceria.


CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR TOTAL E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

8.1 O valor global que envolve o objeto do presente Termo de Colaboração é de de R\$ 12.939.000,00 (doze milhões novecentos e trinta e nove mil reais) referente ao prazo de vigência firmado, o qual será repassado de acordo com o cronograma de desembolso físico-financeiro, acostado ao Plano de Trabalho, ambos em anexo.

8.2 Os valores estimados acima que não forem utilizados serão devolvidos para o Fundo Municipal de Saúde, mediante procedimento específico, conforme previsto na legislação.

8.3 O cronograma de desembolso financeiro se dará conforme documento que compõe o Plano de Trabalho, anexo ao presente Termo de Colaboração.

Secretaria Municipal da Saúde
Rua Nely Correia de Andrade, n.º 50, Bairro Coroa do Meio, CEP: 49036-245
Aracaju/SE


M3'



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FOLHA Nº 587
17/01/2015

8.4 Havendo constatação de irregularidade na prestação de contas da parcela apresentada, ficarão suspensos os repasses das parcelas subsequentes até que a irregularidade seja sanada ou o recurso restituído.

8.5 Havendo alguma alteração de valores nos repasses de qualquer das esferas (municipal e/ou federal), ou mediante necessidade de adequação das metas, durante a vigência do Termo, o Plano de Trabalho, bem como os valores a serem repassados, poderão ser revistos para alteração, de acordo com o artigo 57 da Lei 13019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes deste Termo de Colaboração correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária 18401; Fonte de Recursos 214 - Federal; Programa de Trabalho 10.302.0085.2088; Projeto/Atividade/Denominação 2088; Elemento de Despesa 33903900; Previsão Orçamentária R\$ 12.939.000,00 (doze milhões novecentos e trinta e nove mil reais)

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

10.1 A prestação de Contas deverá ser feita em observância ao disposto no “Capítulo IV - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS” da Lei 13.019/2014, competindo unicamente à Administração Pública decidir sobre a regularidade, ou não, da aplicação dos recursos transferidos a Organização da Sociedade Civil.

10.2 As prestações de contas deverão ser apresentadas na forma e prazos determinados na Lei 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015.

10.3 A prestação de contas à Administração Pública, tratada na CLÁUSULA DÉCIMA deste termo, não prejudica o dever da Organização da Sociedade Civil de prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado.

10.4 A OSC prestará contas ao MUNICÍPIO dos recursos recebidos, observadas a

WJ



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FOLHA Nº 588
Nº 9

legislação de prestação de contas, que se regerá pelas normas da Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014, e suas alterações previstas na Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

10.5 A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano, nos moldes previstos no art. 69 da Lei nº 13.019/2014.

10.6 A OSC se obriga, no momento da Prestação de Contas, sem prejuízo das exigências previstas no art. 66 da Lei nº 13.019/2014, a encaminhar à Secretaria Municipal da Saúde de Aracaju, todos os relatórios de execução e de desembolso financeiro previsto no programa de trabalho e cronograma do desembolso financeiro previsto em lei, resguardando o direito do Gestor do Termo de Colaboração em solicitar documentação complementar que julgar necessário, não podendo haver recusa no fornecimento por parte da entidade.

10.7 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome da **ENTIDADE - OSC**, devidamente identificadas de acordo com mês da competência e número do Termo de Colaboração e entregues no protocolo da Secretaria Municipal da Saúde, devidamente endereçado à Secretária aos cuidados da **DVAS - Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde**.

10.7.1 Todas as notas fiscais devem vir atestadas pela pessoa que recebeu o material e/ou foi responsável pelo recebimento do serviço.

10.7.2 Todos os documentos de despesas relativos ao período da prestação de contas devem vir carimbados com o número da Colaboração celebrada, e ou termo aditivo, se houver e as cópias serão arquivadas pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir do término de sua vigência, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e Externo de ambos, e outros órgãos de fiscalização competentes do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

11.1 Para a implementação do monitoramento e avaliação, a Administração Pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

10
Nº 9



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FOLHA Nº 583
10/11/2011

11.2 A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela Organização da Sociedade Civil.

11.3 O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos Indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no termo de parceria;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

11.4 Esta parceria também sujeita-se aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS E SALDOS FINANCEIROS REMANESCENTES

12.1 São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

12.2 Visando implantar todos os serviços elencados no Plano de Trabalho, torna-se expresso a necessidade de aquisição de materiais e equipamentos, de acordo com a disponibilidade e necessidade para o funcionamento do serviço, conforme anuído pela Secretaria Municipal da Saúde.

12.3 Todas as aquisições acima mencionadas somente serão realizadas após cotação

[Handwritten signature]



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FOLHA Nº 590
17/07/2015

prévia de preços apresentadas pela entidade, contendo a justificativa de preço, seguido da anuência para aquisição da autoridade administrativa responsável pela Secretaria Municipal da Saúde.

12.4 Os bens remanescentes serão de propriedade da Secretaria Municipal da Saúde na data da conclusão ou extinção da presente parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública, em especial todos aqueles equipamento e materiais adquiridos nos moldes mencionados nos itens 12.2 e 12.3 do presente Termo de Colaboração.

12.5 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública, conforme art. 52 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1 O MUNICÍPIO providenciará a publicação do extrato da presente colaboração no Diário Oficial do Município, de conformidade com a Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014, e suas alterações previstas na Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, bem como o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº. 8.666/93.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

14.1 Pela execução do presente Termo de Colaboração em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas legais, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa e o contraditório, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I. advertência;

II. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de

Secretaria Municipal da Saúde
Rua Nely Correia de Andrade, n.º 50, Bairro Coroa do Meio, CEP: 49036-245
Aracaju/SE


msf



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

celebrar parceria ou contrato com a administração pública municipal, por um período de 2 anos;

III. declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão ou entidade pública.

14.2 A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se manifestar sobre a defesa apresentada, em qualquer caso, e avaliar a necessidade de instaurar processo administrativo destinado à verificação de eventuais irregularidades cometidas por parte da OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1 As alterações das cláusulas desta parceria não podem modificar o seu objeto, ainda que parcialmente, bem como não poderão modificar a finalidade definida no Plano de Trabalho.

15.2 Ressalvados os casos excepcionais e justificados, a OSC fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contidas no Termo de Colaboração, os acréscimos ou supressões nos serviços, quando, na execução da presente cooperação/parceria, houver necessidade de modificação das especificações para melhor adequação aos seus objetivos, por solicitação da Secretaria Municipal da Saúde, a OSC levantará previamente os custos, submetendo-os à aprovação do CONTRATANTE.

15.3 Após exame e aprovação pela Secretaria Municipal da Saúde e celebração do devido Termo Aditivo, será emitida autorização escrita para realização dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO

16.1 Esta parceria poderá ser:

I - extinta por decurso de prazo ou quando não houver mais estado de calamidade



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FOLHA Nº 592
Poder

pública;

II - extinta, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante termo de distrato, considerando a situação epidemiológica do município;

III - denunciada, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe;

IV - rescindida, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 70 da Lei nº 13.019/2014;
- d) violação da legislação aplicável;
- e) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- f) malversação de recursos públicos;
- g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC;
- j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
- k) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

16.2 A denúncia e a rescisão só serão eficazes 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram da avença.

16.2.1 Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a Organização da Sociedade Civil não terá

[Handwritten signature]



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FOLHA Nº 593
Rubrica

direito a qualquer indenização.

16.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada tomada de contas especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

16.5 É prerrogativa da Administração Pública assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

16.5.1 Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a Administração Pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

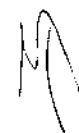

16.6 Compete ao gestor máximo da Secretaria Municipal da Saúde denunciar, rescindir ou autorizar a denúncia ou a rescisão da parceria.

16.7 Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em termo de encerramento da parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no termo de distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 No ato da assinatura deste instrumento serão apresentados todos os documentos exigidos neste termo.

Secretaria Municipal da Saúde
Rua Nely Correia de Andrade, n.º 50, Bairro Coroa do Meio, CEP: 49036-245
Aracaju/SE



ESTADO DE SERGIPE.
PREFEITURA DE ARACAJU.
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FOLHA Nº 554
Rubrica

17.2 O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela OSC, com terceiros, ainda que vinculados à execução desta parceria, nem por danos que venham a serem causados em decorrência de atos dos seus próprios associados.

17.3 Os casos omissos no presente Termo de Colaboração serão resolvidos com base na Lei Federal nº 13.019/2014, em análise com a Comissão responsável pela fiscalização e execução dos trabalhos.

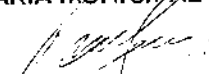
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 Fica eleito o foro do município de Aracaju, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente Termo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justos e acordados, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme, vai assinado e rubricado em 2 (duas) vias de igual teor, pelas partes.

Aracaju/SE, 30 de ABRIL de 2021.


WANESKA DE SOUZA BARBOZA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE


VITOR HENRIQUE MACHADO GOMES
REPRESENTANTE LEGAL
INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISA HUMANIZA

Testemunhas:


CPF nº. 029.938.175-57


CPF nº. 011.672.325-42